

Circunscrição : 1 - BRASILIA

Processo : 2016.01.1.093574-9

Vara : 111 - PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Processo : 2016.01.1.093574-9

Classe : Mandado de Segurança

Assunto : Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

Impetrante : CITY SERVICE SEGURANCA LTDA

Impetrado : PREGOEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Sentença

Cuida-se de mandado de segurança com pedido de liminar, impetrado por CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA em face da PREGOEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (ALESSANDRA RIBEIRO ASTUTI) e da DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

Alega a impetrante que a segunda requerida foi declarada vencedora do item nº 2 do Pregão Eletrônico n. 26/2016 - TCDF (Prestação de Serviços de Brigada de Incêndio). Não obstante, o item 4.4, I do Edital veda a participação de empresas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação e as atividades da contemplada, tanto a atividade principal como as secundárias, são incompatíveis com o objeto da licitação, pois voltam-se à construção civil. Afirma que, além disso, a contemplação da segunda requerida constrange o princípio da isonomia entre os licitantes porque, em razão da sua atividade econômica principal (instalação e manutenção elétrica), pode apresentar proposta de menor valor porque goza de benefício de desoneração de folha de pagamento no percentual de 20% do INSS, vantagem não extensível aos participantes cujas atividades principais coincidem com o objeto licitado - brigada de incêndio e segurança.

O pedido liminar foi deferido à fl. 225.

A autoridade impetrada apresentou suas informações (fls. 233/424), em que defende a legalidade e regularidade do ato impugnado. Argumenta que dentre as atividades da empresa contemplada estão inseridas brigada de incêndio e segurança. Alega, ainda, que não há exigência legal de que a empresa que recebe benefício em razão da atividade de instalação e manutenção elétrica não possa exercer outro tipo de atividade. Por fim, alega que ainda que a contemplação da segunda requerida venha a ser anulada, a impetrante não obterá melhor sorte no certame, tendo em vista ter sido classificada em 10º lugar.

A segunda requerida apresentou contestação (fls. 425/449) acompanhada de documentos (fls. 450/580). Alega, em preliminar, a ilegitimidade passiva da autoridade impetrada sob o argumento de que a decisão proferida pela pregoeira foi submetida ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas, que o ratificou.

No mérito, alega que seu contrato social engloba várias atividades, dentre elas a prevenção e combate a incêndio, brigada de incêndio. Inclusive, juntou, dentre os documentos apresentados no certame, certificado de credenciamento expedido pelo CBMDF, que autoriza a empresa a prestar tais serviços. Alega que além do certificado de credenciamento do CBMDF, comprovou capacidade técnica através de atestados que comprovam sua qualificação para cumprimento do objeto licitado, porque mantém outros contratos firmados com entes da Administração Pública Federal e Estadual no mesmo ramo. Defende que não há óbice legal à prestação de serviços de brigada por empresas do ramo da construção civil.

Quanto à alegação de ofensa ao princípio da isonomia entre os licitantes, decorrente do regime de desoneração da folha de pagamento, defende que a legislação de regência não obsta a extensão do regime baseado na atividade principal da pessoa jurídica às demais atividades previstas no contrato social.

O Ministério Público manifestou desinteresse na impetração (fl. 582/584).

O Distrito Federal requereu seu ingresso na lide e interpôs recurso de agravo de instrumento contra a decisão que deferiu o pedido liminar (fls. 585/602).

Os autos vieram conclusos para sentença.

É o relatório.

Passo a decidir de forma fundamentada nos termos do art. 93, IX, da Constituição Federal e art. 11 da Lei nº 13.105/2015.

Segundo a Lei 12.016/2009, conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

Os documentos juntados em contraditório infirmam a tese inicial apresentada pela impetrante. Com efeito, diferente do alegado na inicial, a empresa contemplada ostenta em seu contrato social a atividade objeto do certame, na parte em que sagrou-se vencedora.

A última alteração do contrato social da segunda requerida, juntada às fls. 455/458, incluiu na atividade da empresa o serviço de brigada de incêndio, estando a cláusula terceira expressa nos seguintes termos: CLÁUSULA TERCEIRA

O objetivo da sociedade é a prestação de serviços externos de engenharia, locação de mão de obra, conservação e limpeza de móveis e imóveis, instalação, montagem, manutenção preventiva e corretiva, operação e assistência técnica de equipamentos elétricos, eletrônicos, hidráulicos, de t

elefonia, prevenção e combate a incêndio, brigada de incêndio, ar condicionado, elevadores e escadas rolantes, refrigeração,, informática, grupo gerador, no break, energia solar, automação predial e demais equipamentos correlatos ao ramo; representação comercial por conta própria e de terceiros, construção civil, reformas, urbanização, saneamento, pavimentação e terraplanagem, com compra e venda no atacado e no varejo de material de construção em geral, elétrico, hidráulico, eletrônico, peças para condicionadores de ar, elevadores, escadas rolantes, de telefonia, refrigeração, informática e todo correlato ao ramo como estoque no local e manutenção em dispositivos de controle e monitoramento dos sistemas (centrais de automação dos sistemas de ar condicionado).

Ao lado disso, a segunda requerida juntou aos autos o credenciamento respectivo, emitido pelo CBMDF (fl. 472/474), atestados de capacidade técnica para a finalidade específica licitada e contratos firmados com outros entes públicos com idêntico objeto de brigada de incêndio (Câmara dos Deputados, Ministério da Previdência Social, Correios e Celg).

A autoridade impetrada também logrou demonstrar em suas informações que a desoneração aplicada à licitante vencedora não se estende apenas a sua atividade principal, mas também abarca as atividades secundárias.

Com efeito, extrai-se do documento juntado pela autoridade impetrada, referente a Consulta respondida pela Receita Federal (fl. 340), "o fato de a pessoa jurídica executar serviços de construção civil dispensados de matrícula no CEI não afasta a sua sujeição ao regime de substituição das contribuições previdenciárias, vez que tal sujeição se dá tão somente em razão do enquadramento de sua atividade principal na CNAE 2.0".

Assim, se a desoneração, no caso da requerida, abrange também a atividade de brigada de incêndio, ainda que em função da multiplicidade de atividades constantes em seu contrato social, não há que se falar em ofensa à isonomia. Diferente do que alga a impetrante na inicial, não se trata de vantagem exclusiva à atividade de instalação e manutenção elétrica, quando a mesma pessoa jurídica desempenha outras atividades.

DISPOSITIVO

Ante o exposto revogo a liminar inicialmente concedida e denego a segurança.

Extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC

Intime-se pessoalmente a autoridade impetrada quanto à revogação da liminar.

Não há necessidade de intimação do Ministério Público, em vista das manifestações de fls. 186/190.

Comunique-se ao Tribunal de Justiça, considerando a pendência do recurso de agravo de instrumento.

Condene o impetrante no pagamento das custas processuais.

Sem honorários, nos termos do art. 25 da Lei 12.016/09.

Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília - DF, 12 de janeiro de 2017.

Cristiana Torres Gonzaga
Juíza de Direito Substituta